



Parecer ao Projeto de Lei nº 24/2025.

(PARECER Nº 24/2025)

PARECER OPINATIVO. Processo Legislativo.

Projeto de Lei nº 24/2025, que "Dispõe sobre a reorganização do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), conforme específica". Admissibilidade. Competência legitimada reconhecida pelos incisos I e II, do art. 30 e art. 230, ambos da CF/88. Competência legislativa suplementar exercida em relação à Lei Federal nº 10.741/03 (Estatuto da Pessoa Idosa). Matéria albergada pela reserva de iniciativa contida no inciso III, do art. 210, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cordeirópolis, bem como pelo inciso II, do art. 49, da LOM. Discricionariedade política administrativa. Desenvolvimento no plano local de disposições programáticas irradiadas pelo caput e inciso III, do art. 1º (*princípio da dignidade da pessoa humana*) da CF/88.

1. CONSULTA: Trata-se de solicitação emanada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis/SP, objetivando a análise e manifestação acerca da constitucionalidade e legalidade ao Projeto de Lei nº 24/2025 de iniciativa do Poder Executivo Local.

O projeto de lei que ora se aprecia, "*dispõe sobre a reorganização do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI)*".

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

2. CONSIDERAÇÕES: No procedimento prévio de controle de constitucionalidade estruturado no âmbito da produção legislativa municipal, de um modo geral, aprecia-se a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei sobre três perspectivas elementares: *i) a matéria legislativa proposta deve se encontrar entre aquelas autorizadas pela CF/88 aos Municípios; ii) se foi respeitada a rígida observância das preferências quanto à iniciativa para proposição prevista pela ordem jurídico-constitucional; iii) a possibilidade de violação por parte da matéria legislativa proposta à direitos fundamentais ou instituições tuteladas por regras ou princípios constitucionais.*

Segundo o proponente, este projeto de lei se justifica pelo "*alto teor social, uma vez que abrange no seu todo a reorganização do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) de Cordeirópolis, órgão deliberativo, consultivo e controlador da política de atendimento, ligada a Secretaria Municipal da Mulher e Desenvolvimento Social, observado a composição paritária de seus membros, com o objetivo de assegurar à pessoa idosa o pleno exercício de seus direitos, sejam estes de caráter individual ou coletivo*".

O projeto de lei em questão objetiva a obtenção de autorização do Legislativo Municipal para reorganizar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



(CMDPI), cujo órgão é de caráter deliberativo, consultivo e controlador de políticas públicas, voltados à assegurar os direitos da pessoa idosa, seja de caráter individual ou coletivo.

Nesse sentido, temos a utilização legítima da competência legislativa disposta para os Municípios nos incisos I e II, do art. 30 c/c o art. 230, ambos da CF/88, segundo o qual, respectivamente, estabelece que:

“Art. 30 – Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”;

“Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”.

Nesse sentido, a competência legislativa suplementar prevista no inciso II, do art. 30, da CF, será exercida em face do disposto pela Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe “*Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências*”, notadamente, para garantir o cumprimento do artigo 7º, “in verbis”.

“Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais da Pessoa Idosa, previstos na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelarão pelo cumprimento dos direitos da pessoa idosa, definidos nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)”

Ademais, a matéria albergada pelo projeto de lei, se encontra contemplada pelo inciso III, do art. 210 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cordeirópolis, bem como no inciso II, do art. 49 da LOM, que de igual modo, prevê:

“Art. 49 Compete, exclusivamente, ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

II. criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Diretorias Municipais e órgãos da administração pública”;

De modo que, em sua substância, no entendimento dessa Diretoria Jurídica, o projeto de lei em apreço não viola qualquer regra ou princípio fixado pela CF/88, mas, ao contrário, trata de dar efetividade no plano municipal ao desenvolvimento de normas programáticas, irradiada pelo *caput* e inciso III, do art. 1º, da CF/88.

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana”;

Por todo exposto, na opinião dessa Diretoria, inexistente qualquer vício de iniciativa em relação ao Projeto de Lei nº 24/2025, inclusive, não viola qualquer regra ou princípio fixado pela Constituição Federal de 1988, devendo o Poder Legislativo Municipal atuar no âmbito de sua discricionariedade político-administrativa.



Neste sentido, cabe aos parlamentares apreciar, se neste caso concreto, em uma perspectiva política, a viabilidade de regulamentação que se promove aos atos e procedimentos permitidos no referido projeto de lei.

3. CONCLUSÃO.

Em face de todas as considerações acima expostas e com base nas prerrogativas/atribuições elencadas no anexo III, da Lei Complementar nº 240, de 03 de abril de 2017, me manifesto em caráter **consultivo/opinativo pela legalidade e pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 24/2025**, visto que o mesmo se encontra pautado pela competência legislativa resultante dos incisos I e II, do art. 30 c/c art. 230, ambos da CF/88, bem como do inciso II, do art. 49, da LOM c/c o inciso III, do art. 210, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cordeirópolis.

Por fim, a propositura não fere regras ou princípios constitucionais, mas, ao contrário, trata de desenvolver, no plano local, normas de natureza programáticas irradiado pelo *caput* e inciso III, do art. 1º (*princípio da dignidade da pessoa humana*) da CF/88.

Por todo exposto e como forma de se fazer cumprir os termos regimentais desta Casa de Leis, encaminhe-se para ciência e deliberações, o Projeto de Lei à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, à Comissão de Obras, Serviços Públicos, Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura, Urbanismo, Meio Ambiente, Cidadania e Legislação Participativa e à Comissão Permanentes de Políticas Sociais!

Este é o meu Parecer, S.M.J.

Cordeirópolis, 21 de maio de 2025.

OAB/SP nº 268.068

Diretor Jurídico – Câmara Municipal de Cordeirópolis